

**Sobre a escravidão em *O tronco do Ipê*, de José de Alencar****DAYANA FAÇANHA\***

É possível dizer que há uma série de questões intrigantes a respeito da presença da escravidão em *O tronco do Ipê*. Se estivermos familiarizados com a tese de Alencar, de que a emancipação deveria ser levada a cabo por iniciativa particular<sup>1</sup>, evitando a medida legislativa que poderia comprometer o aperfeiçoamento das supostas boas relações entre senhores e escravos, somos levados a um primeiro nível de interpretação no romance, que ressalta o papel da benevolência senhorial e de relações pacíficas. Exemplos de uma tal ideologia poderiam ser reconhecidos, por exemplo, na concessão ao escravo Benedito para morar em cabana separada da senzala, assim como por ocasião da festa de natal. Vejamos.

Conta-nos *O tronco do Ipê*<sup>2</sup> que Benedito pertencia ao comendador Figueira, primeiro proprietário da fazenda do Boqueirão, desde pequenininho, tornando-se um pajem muito chegado ao seu filho, José Figueira, já que seriam filhos da mesma “mãe preta”<sup>3</sup>. Entretanto, quando José Figueira se casa, Benedito, “que já tinha mais de quarenta anos [e] era cativo” (ALENCAR, 2006: 46), “não pôde acompanhar o senhor moço, como lhe pedia o coração”. Tal ocasionou um período desconfortável de mudanças para Benedito, que ficou distante de seu protetor mais direto e teve que ir viver na senzala. A sorte de Benedito é que, no mesmo período, uma cabana que havia nas imediações da fazenda ficou sem dono, o que lhe deu a ideia de pedir ao senhor “que o deixasse morar ali”, “no que não houve dificuldade”, conforme conta o narrador nesse trecho (ALENCAR, 2006: 46). Morar em cabana separada

---

\* Mestranda em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com orientação do prof. Dr. Sidney Chalhoub e bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). O texto ora apresentado é uma análise parcial do romance e ainda está em desenvolvimento.

<sup>1</sup> Por ocasião das discussões em torno de uma lei de emancipação entre 1867 e 1871, através de cartas políticas e debates parlamentares.

<sup>2</sup> *O tronco do Ipê* foi publicado pela primeira vez em janeiro de 1871 pela casa editorial de B. L. Garnier. Utilizo a edição de 2006, publicada pela editora Martin Claret, conforme as referências no corpo do texto.

<sup>3</sup> O narrador utiliza a seguinte expressão para explicar a relação entre o escravo e o filho do senhor: Benedito era “colaço e pajem” de Figueira (ALENCAR, 2006: 46). O Dicionário de Antônio de Moraes Silva, do século XIX, (p. 285) define colaço como “pessoa que mamou leite da mesma ama”, o que, por sua vez, torna plausível que Alencar tivesse concebido personagens que se entendessem como filhos da mesma ‘mãe preta’, dadas as relações entre crianças e amas de leite no século XIX. Conferi um pouco sobre esse assunto em: KOUTSOUKOS, 2010: 136-204. Registro como referências historiográficas mínimas para a análise que segue nesse texto sobre as relações entre senhores e escravos: SLENES, 1997; CHALHOUB, 1990 e 2003.

da senzala era um privilégio no interior das relações escravistas no século XIX brasileiro. Temos a ideia de um senhor benevolente, no final das contas.

Em outro momento, o narrador se esmera em contar os detalhes dos festejos natalinos na mesma fazenda de *Nossa Senhora do Boqueirão*, muito anos depois da mudança de Benedito para a cabana, quando a propriedade havia passado às mãos de Joaquim Freitas, o barão da Espera. Era festa de muitas cerimônias com momentos diferentes de rezas, representações, cantorias e jogos, nos quais a comunidade escrava da fazenda exercia o papel que lhe era dado, sempre com harmonia e contentamento. Assim, por ocasião da reza das trindades, “[o]s escravos, reunidos na frente do quadrado, depois de repetirem as palavras da oração estropiada pelo feitor, foram salvar ao senhor, desfilando conforme o costume pelo terreiro da casa grande [...]” (ALENCAR, 2006: 136).

Em seguida, ficamos sabendo que, nesse dia de festa, “como não se fechava o quadrado à hora de recolher”, deixou-se que os cativos se sentassem em grupos e ficassem conversando “a respeito das novidades do dia” que seriam “a função do natal e a chegada de Mário”, convidado esperado por Alice (ALENCAR, 2006: 136). Mais tarde, durante a madrugada, o grupo de convidados da família do barão, realiza uma encenação do nascimento do menino Jesus, ao ar livre, com direito a ovelhas, anjos e pastores (ALENCAR, 2006: 143-148). Aí os escravos também participam assistindo à representação e, especialmente, compondo “a banda de música dos pretos, com suas roupas agaloadas”<sup>4</sup> (ALENCAR, 2006: 143-148). Na noite seguinte, os pretos da fazenda “tinham licença também para fazer o seu folguedo”, para o qual, além do mais, recebiam as honras dos senhores da casa-grande, que pausavam o próprio festejo e iam assistir a “abertura da festa que principiava pelo infalível batuque” (ALENCAR, 2006: 170-174). Quanto aos paramentos, “[o] geral dos escravos trajava suas roupas de festa” ou fantasias que lhes agradassem. Em baixo de um toldo, havia cadeiras organizadas para receber o barão e seus convidados. Ao final, “o barão retirava-se com os convidados no meio dos aplausos e saudações dos escravos que formando alas os acompanhavam até a casa-grande” (ALENCAR, 2006: 170-174).

---

<sup>4</sup>Entende-se tratar-se de roupas enfeitadas com bordados. O dicionário Houaiss definiu agaloadado como “guarnecido ou bordado com galão”. A definição para galão (1): “tira de tecido bordado com fios de ouro, prata, seda, algodão etc., usado como enfeite, debrum ou acabamento em roupas [...]”. Ver Houaiss, 2009.

Enfim, tem-se um quadro geral de relações bastante cordiais, tanto da parte dos senhores, que fazem as honras na abertura do batuque - e que, em seu modo de entender as coisas, veria benefício até na inclusão (compulsória) dos cativos nas representações de suas tradições religiosas -, e, particularmente, da parte dos escravos que parecem sempre compartilhar do contentamento dos senhores, lisonjeando-os e cumprindo sua parte sem reclamações.

No entanto, o próprio romance não permite que o leitor permaneça por muito tempo na mesma chave de interpretação. O próprio grau de complexidade com que Alencar realiza a representação da escravidão fornece subsídios ao leitor para relativizar o ponto de vista açucarado com que compõe as relações senhor-escravo. Um dos momentos mais interessante em que isso acontece, diz respeito ao mesmo evento da mudança de Benedito para a cabana. Não escapa inteiramente ao narrador o aspecto da crise entre o comendador e o escravo, por ocasião do casamento de José Figueira, que teve que deixar Benedito para trás. Ele mesmo nos conta que a casa onde o cativo até então vivera feliz “tornou-se insuportável” e que ele começou a “ausentar-se da senzala para onde o tinham mandado e a faltar ao trabalho” (ALENCAR, 2006: 46). A mudança considerável no modo de vida de Benedito traz à tona os antagonismos que estariam amenizados até então. Uma leitura nas entrelinhas permitiria agudizar o problema se imaginarmos que a chateação do escravo se amplificava não apenas pela distância em relação ao senhor moço, por quem nutria afeto<sup>5</sup>, mas por não ter sido alforriado por ocasião do casamento de José Figueira, já que essa prática era comum e Benedito havia cumprido com sua parte no acordo paternalista sendo fiel e obediente, até então. Assim, o leitor tem diante dos olhos um momento de desarranjo que leva à tensão no acordo entre senhor e escravo, ressaltando a diferença de interesses de cada parte. A atenção a tais detalhes permite enriquecer a fala do narrador quando ele diz que Benedito foi prontamente atendido quando pediu para morar na cabana. Não se pode dizer que o senhor fosse benevolente, apenas presenteando o escravo com uma regalia, quando, na verdade, ele cedia a uma pressão do cativo.

A plausibilidade desta chave de leitura pode ser demonstrada através de outras passagens do romance. Ao mudar-se para a cabana, conta o narrador que Benedito ganhou das

---

<sup>5</sup> Enquanto a questão do possível “afeto” entre senhores e escravos domésticos seria sempre controversa e incerta na vida real, tal parece ser o cerne da versão do romance de Alencar.

beatas da região a alcunha de feiticeiro, pois era o que há muito se dizia de escravo que morasse naquele lugar. Importa notar que segundo “as palrices das velhas” da região “Benedito, sempre tido como bom cativo, dera ultimamente em ruim e até fujão” (ALENCAR, 2006: 47), o que lhes dava certeza de que era um feiticeiro. O narrador, não se preocupa muito com isso e entende que se acaso Benedito fosse mesmo feiticeiro, seria então “um feiticeiro de bom coração”, pois

*em vez de usar seu poder para soprar intrigas e desavenças, ao contrário servia de conciliador em todas as brigas que se dava entre os pretos da fazenda; aconselhava os parceiros nos casos de aperto por alguma falta; e apadrinhava o fujão perante o [...] senhor, que o tinha em grande estima e muitas vezes o ia visitar na sua cabana (ALENCAR, 2006: 47, grifos meus)*

Ou seja, Benedito aparece como peça chave das relações entre escravos e a casa senhorial no romance, exercendo uma série de funções mediadoras entre os feitos e vontades da comunidade escrava e aqueles da casa senhorial. Isso certamente se devia ao bom relacionamento que teria conseguido estabelecer tanto de um lado como do outro. Assim, quando Benedito se decepciona, seja pela perda da alforria, seja pela impossibilidade de seguir seu senhor moço, bem como com o novo modo de vida na senzala, ele ameaça desestabilizar as relações de dependência estabelecidas até então. Se ele é escravo importante e se torna “ruim e fujão”, confirmamos a hipótese de que a conquista da morada na cabana não foi tanto bondade senhorial, quanto poder de negociação do escravo no interior de relações constantemente conflituosas. Interessante como, em *O tronco do Ipê*, os escravos roubam a cena dependendo da maneira como se olha atentamente para o que eles estão fazendo.

Pouco tempo depois, com o falecimento do comendador, a morte do herdeiro José Figueira, e a posse da fazenda por Joaquim Freitas e D. Júlia, Benedito conhece a Chica, que havia sido ama da senhora, agrada-se dela e eles se casam. Daí por diante, infelizmente, o enfoque de Alencar sobre a vida das personagens escravas fica cada vez mais tênue e indireto, de modo que não conseguimos aprofundar os meandros do modo de vida da comunidade cativa da fazenda do Boqueirão. Mas é possível pensar que tudo o mais que possa ter

aparência de concessão senhorial – o direito ao festejo de natal, as roupas novas, o horário livre cotidiano para tratarem dos “seus pequenos negócios”, bem como das próprias roças, além levarem queixas e pedidos para Alice (ALENCAR, 2006: 136) – decorre sempre de negociações no interior das relações de força, embora muito desiguais, entre senhores e escravos, conforme a recriação literária de Alencar.

Aqui, parece emergir um nó interpretativo difícil de solucionar. Qual seria o posicionamento de José de Alencar diante disso? Num primeiro momento, o romance parece transmitir a ideia de que os escravos eram bem tratados pelo senhor em questão, permitindo pensar que Alencar utilizasse a literatura para construir uma versão parcial e senhorial da história. Por outro lado, a leitura lenta e atenta ao meio social, que era matéria prima do romance, permite construir uma interpretação que leve em consideração também o conflito entre as partes, bem como negociação e conquista escrava ao invés de pura benevolência senhorial para com os cativos. Ou talvez o problema não estivesse necessariamente no modo como Alencar representava as relações de cordialidade no romance, enquanto estivessem ancoradas dentro de um universo possível no interior das relações de troca de favor que compunham a sociabilidade no mundo da escravidão. A questão, possivelmente, está na extrapolação da cordialidade realizada por Alencar, fruto de sua adesão à ideologia paternalista (não exatamente à escravidão). Talvez seja possível pensar que ele atenuasse os antagonismos em favor de uma relação de conciliação entre senhores e escravos, o que faz de seu romance um testemunho tendencioso e cheio de pontos cegos, embora não completamente.

O intento conciliador de Alencar não chega a anular a perspectiva escrava das coisas, como foi possível ler nas entrelinhas da questão da mudança de Benedito para a cabana. É possível que a fidelidade dos cativos em *O tronco do Ipê* não figurasse satisfação com o cativo, mas esperança em receber a alforria em meio ao jogo do paternalismo enquanto ela não vinha. É Benedito quem novamente confirma essa possibilidade de leitura, agora, de modo mais direto. Quando Mário se joga no boqueirão na tentativa de salvar Alice, que havia sucumbido ao mistério do lago, o escravo fica atônito pensando ter perdido o garoto e desmaia sobre o rochedo. Ao acordar, por causa das feridas que a queda lhe causou, “o preto” ainda sem perceber que Mário estava vivo e pedindo sua ajuda, se admira de não ter também

caído no boqueirão e “quis atirar-se”, desgostoso por ter perdido o menino. Apesar disso, muda de ideia rapidamente: “– Não! – murmurou dentro d’alma. – Quem há de enterrar a eles?... Depois, Benedito!... Sempre é tempo para a gente deixar esse cativo!” (ALENCAR, 2006: 90)

Ou seja, Benedito se impõe ainda a tarefa de enterrar as duas crianças, pois ele era o único que conhecia a maneira de resgatar os corpos do boqueirão, para só depois pensar na liberdade que lhe interessava – “Sempre é tempo para a gente deixar esse cativo!” -, dessa vez, de forma triste, através do suicídio. Essa passagem, por seu testemunho direto, é muito significativa da forma como Alencar, apesar do vício senhorial de ver as coisas, guardava alguma sensibilidade para ecos de visões de mundo diferentes da sua, no caso, o desejo de liberdade a despeito de “benevolências” senhoriais que melhorassem o modo de vida do cativo.

Nessa perspectiva de interpretação, é possível pensar que uma lógica semelhante à de Benedito informa as ações e diálogos de outras personagens escravas no romance, a saber, Eufrosina, Martinho e Felícia; suas expressões de fidelidade e adesão ao modo de vida na escravidão podem, na verdade, simbolizar formas de lidar com o cativo enquanto a liberdade não vem. Por vezes, eles parecem aproveitar das circunstâncias para torná-las interessantes para si mesmos.

No romance, em determinada manhã ensolarada de 1850, as crianças da fazenda do Boqueirão, acompanhadas do pajem e das mucamas, saem a passeio a fim de visitar vovó Chica e pai Benedito, já velhos, na cabana. E cada qual tira seu partido desse passeio distante das vistas dos senhores adultos. O pajem Martinho mostra sua faceta mais apreciadora das merendas do que de estórias e aproveita a oportunidade para dar lugar à “gulodice” (ALENCAR, 2006: 40). Já Felícia, mucama de Adélia, gaba-se constantemente de conhecer os costumes e bailes da corte, possivelmente para distanciar-se, não apenas de Eufrosina, a mucama da fazenda, mas até mesmo de Alice que é filha do barão. Além disso, descobrimos que Felícia torce a seu favor a lógica da escrava serviçal e humilde a fim de compartilhar dos gozos que eram reservados à Adélia. Assim, a metade de toda fruta vistosa que fosse oferecida à mocinha, tinha primeiro que passar pelo crivo de Felícia que “considerava-se *obrigada* a partilhar com a Iaiá todas as guloseimas” (ALENCAR, 2006: 24, grifo meu). A

ironia do narrador torna evidente, novamente, que Alencar sabia reconhecer as estratégias de sobrevivência dos subalternos e trazia tais coisas ao testemunho literário.

Mesmo a mucama Eufrosina, que é humilhada pela má-criação de Mário, fazendo figura ridícula lambuzada pela jaca madura, elabora discurso e estratégia que expõem seu descontentamento real com a situação e sua busca por alternativas de desforra. Após ter recebido a jaca na cabeça e ouvido o dito azedo do garoto – “É para te adoçar a língua!” -, sua primeira frase dá o que pensar: “Ora Vejam só! [...] se isso não é para a gente fazer uma... [...]”(ALENCAR, 2006: 25). Fazer uma o que? Quem sabe dar com as unhas no menino mal criado como ela bem faria se a atitude tivesse partido de Martinho, que era seu igual? Mas Eufrosina sabia que isso seria loucura em 1850, período auge da dominação da classe senhorial. Assim, provavelmente ela recobrou a presença de espírito em busca de cartas menos frontais que teria na manga, optando por ameaçar queixar-se à mãe do garoto, por exemplo. Mas como a intimidação não funciona e Mário insiste na piada, levando todos os outros a caírem na risada, Eufrosina muda a estratégia para algo mais direto: “[...] Se não presto mais, que me vendam!...” (ALENCAR, 2006: 26). Afinal, conforme ia dizendo ao se afastar das crianças, ela era mucama de estimação da senhá e não era para ser tratada daquela maneira.

Trata-se, ainda assim, de um discurso conformado à escravidão, que não a afronta ou relativiza, em que, além do mais, a escrava mede a sua dignidade pessoal a partir de seu *status* de propriedade. Mas é provável que a tibieza do discurso se devesse menos à Eufrosina do que a senhores de escravos – o lado mais forte das relações de força -, que não saberiam atentar à dignidade alheia se antes não tivessem a própria vaidade acariciada. Importa notar que o texto de Alencar dava a ver uma estratégia que era válida para escravos no século XIX e ajudava a impor, ainda que de modo precário, suas condições de vida e trabalho.

Mas Eufrosina desiste também dessa estratégia imaginando que não teria a vantagem necessária para reclamar sua venda ao barão, já que ela também havia ofendido o garoto - comparando-o a um cabritinho - e que, além do mais, “o negócio da jaca era tão ridículo, que em vez de ralharem com o menino e castigarem o pajem, eram capazes de rir à custa dela” (ALENCAR, 2006: 32). Entretanto, como a mucama não desiste da desforra, é possível dizer que o próprio raciocínio acima influencia a escolha da estratégia seguinte, já que a Eufrosina,

ciente da força do jeito senhorial de ver as coisas, opta por apropriar-se não apenas da autoridade, como também dos rituais da vontade senhorial. O plano dessa vez é voltar até as crianças, dizer que tinha ordens da senhora para terminar o passeio a trazê-las de volta para casa, tudo com ar muito mandão, pois em última instância tal desfecho teria partido da queixa dela à senhora. Sua intenção secreta era fazer as meninas acreditarem no engodo para que retomassem, contrariadas, o caminho de volta. Então, Eufrosina “triumfante e generosa”, “concede[ria] o perdão e consenti[ria] [que] continuassem no passeio” (ALENCAR, 2006: 32). A mucama pretendia ser “benevolente”, como se fosse a baronesa, e receber seu quinhão de gratidão. O problema é que Mário, por causa da morte do pai e suspeita da fraude do Barão, desde muito cedo tinha aprendido a descrever da moral senhorial, logo, desvencilhar-se de seus engodos, com o que facilmente desacredita Eufrosina, pondo a farsa diante de todos. A mucama fica desmoralizada restando-lhe, como última instância, resolver as coisas no âmbito da comunidade escrava da fazenda, descontando no Martinho (ALENCAR, 2006: 30-31)<sup>6</sup>.

Aos poucos o romance vai tornado mais claro o jogo profundamente ambíguo e contraditório das relações entre senhores e escravos. Em outro momento do passeio, temos o Mário fustigando arbustos e ao mesmo tempo “aplicando [...] por diversão uma cipoada nas canelas do Martinho” (ALENCAR, 2006: 22) que, pouco tempo depois, terá que participar da brincadeira do garoto, ora fazendo rugir um tambor, ora tomando lugar de soldado no batalhão que Mário improvisava não menos que para reverenciar, com sincero interesse, o Benedito, que era escravo.

É assim que as crianças chegam à cabana de Benedito e Chica, merendam, ouvem histórias, oferecem presentes. Tais cenas amenas seriam apenas fruto da pena interessada de Alencar? É preciso notar que a cena da visita das crianças à cabana de Benedito, além da construção literária, ecoa talvez um dos elementos mais contraditórios possíveis de existir dentro do mundo da escravidão, a saber, o “afeto”. Um assunto totalmente controverso na história social da escravidão parece configurar um viés interpretativo importante das relações senhor-escravo em *O tronco do Ipê*. E Alencar representa essa questão de um ponto de vista talvez o mais difícil de questionar a veracidade: a relação entre os cativos e as crianças da

---

<sup>6</sup> Martinho, que não se esquivava de tirar sarro da Eufrosina, recebe dela a promessa: “Quando chegares a casa hás de ver” (ALENCAR, 2006: 31).

fazenda. No que diz respeito à experiência real da escravidão, Sandra Koutsoukos sugere que talvez “o afeto da criança pela sua ama seja o único que não podemos questionar” (KOUTSOUKOS, 2010: 188). Quanto ao *tronco do Ipê*, não parece que Chica tenha sido ama de Alice, mas o foi da mãe da pequena (D. Júlia), sendo então a “mãe preta” da baronesa, o que explicaria o modo carinhoso pelo qual Alice a chama de “vovó Chica”. A relação entre as duas no romance também traz uma série de petrechos que, na vida real, serviriam para embaçar a ligação nem um pouco afetuosa da escravidão, como as histórias que a Chica contava, os docinhos que preparava para levar à Alice; o carinho de Alice pela escrava, bem como os presentes - vestido e xale de lã, adereço de miçangas - que levava para ela (ALENCAR, 2006: 33-44). Seria essa estranha relação de “afeto” talvez o substrato mais importante da experiência de Alencar sobre a escravidão?

Em *O tronco do Ipê* é a partir dessas relações que Alice, ao crescer, se torna protetora da comunidade escrava da fazenda do Boqueirão. É preciso notar a sem cerimônia com que a mocinha de Alencar se relaciona com as escravas e mucamas da casa, partilhando a cozinha (ALENCAR, 2006: 119-123), sempre lhes tratando pelo nome, conversando e até mesmo negociando - como no caso em que auxilia a Paula a selecionar as galinhas a serem escolhidas para o banquete - ao invés de simplesmente descer ordens diretas e ríspidas (ALENCAR, 2006: 132-134). No romance, Alice as trata sempre com consideração. É possível, entretanto, que a tia Paula pudesse entediar-se com a dificuldade da moça para escolher as galinhas e, muito provavelmente a doceira Vicência, tivesse tal ou qual ciúme da intromissão da moça na cozinha ou no ponto da massa da receita dos manuês, mas isso é coisa que Alencar não via ou fazia que não via.

Diante desse quadro geral, é possível dizer que *O tronco do Ipê* traz ao campo da literatura, um testemunho complexo e rico de possibilidades interpretativas sobre o mundo da escravidão e das relações entre senhores e escravos. E diante dos detalhes e ambiguidades que a leitura atenta do romance nos oferece, talvez *O tronco do Ipê* testemunhe mais sobre a forma como Alencar tentava lidar com a presença do cativo na sociedade, bem como o antagonismo entre as partes, do que uma unívoca retórica de benevolência. Mais complexa parece ser sua opção em favor de uma conciliação, termo que carrega em si a existência, embora contida, de um conflito. Tal posicionamento, por sua vez, é plausível com a postura

política do autor no início da década de 1870, quando se opunha a um projeto drástico de emancipação optando sempre por medidas graduais e paliativas, crendo, possivelmente, que a manutenção dos laços de gratidão entre liberto e ex senhor eram um passo necessário para o sucesso da abolição da escravidão no Brasil.

Em favor dessa visão das coisas, é tentador pensar que Alencar tentasse aproveitar o romance para sugerir uma receita sobre a maneira ideal de lidar com a escravidão enquanto ela ainda estava ao redor, sem precisar negar uma experiência positiva, não do cativo, mas da presença do negro e sua cultura<sup>7</sup>. Isso ficaria demonstrado, por exemplo, quando Alencar recorre justamente à figura das “pretas velhas” para abordar o tema da conservação das antigas tradições de fazenda, talvez o assunto mais caro a ele em *O tronco do Ipê* na oposição à importação acrítica dos costumes europeus (ALENCAR, 2006: 149-153).

### Dicionários

HOUAISS, Antônio, *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2009.

SILVA, Antonio de Moraes, *Diccionario da lingua Portuguesa*. Lisboa, Typographia Lacerdina, 1813.

### Referências bibliográficas

ALENCAR, José de, *O tronco do Ipê*. São Paulo, Martin Claret, 2006 [1871]

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*, São Paulo, Companhia das letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *Machado de Assis, Historiador*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (org.). *A História Contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

<sup>7</sup> Num primeiro momento, essa afirmação parece contradizer o que Alencar enunciava em *O Demônio Familiar*, mas, pelo jeito, o que não faltava eram contradições e ambiguidades na experiência cotidiana da escravidão no Brasil do século XIX.

KOUTSOUKOS, Sandra, *Negros no estúdio do fotógrafo. Brasil, segunda metade do século XIX*. Campinas, Ed. Unicamp, 2010.

MAGALHÃES Júnior, Raimundo, *José de Alencar e sua Época*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

SLENES, R. W. A. 'Senhores e subalternos no oeste paulista', In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). *História da Vida Privada no Brasil*, São Paulo, Cia. das Letras, 1997. Vol. 2.